Para acabar com greves nas federais, governo promete reajuste de até 45 %

16-Jul-2012

Rafael Moraes Moura - O ESTADO DE S. PAULO

Governo cede e dá reajuste a professores Depois de 57 dias de greve dos professores de universidades e institutos federais, o governo fez proposta de reestruturação de carreira e propôs reajuste de 16% a 45% em três anos. O maiores aumentos ficarão para doutores que trabalhem em regime de dedicação exclusiva. VIDA/PÁG. A12

Educação. Pela proposta, aumento salarial seria pago de forma escalonada nos próximos três anos; além disso, níveis de carreira foram reduzidos de 17 para 13, para favorecer crescimento na carreira; medidas não agradam professores, que permanecem parados

No57.º dia de greve dos professores de universidades e institutos federais, o governo apresentou ontem proposta para reestruturar o plano de carreira e conceder reajustes que variam de 16% a 45% ao longo dos próximos três anos.O Planalto atendeu a uma das principais reivindicações, reduzindo de 17 para 13 os níveis de carreira.

Além disso, se comprometeu a reservar R$ 3,9 bilhões para aumentos salariais, que deverão ser concedidos de forma gradual até 2015.

Apesar do otimismo das autoridades com o fim da greve, lideranças de sindicatos que se reuniram ontem em Brasília como secretário de relações do trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, ficaram frustradas com o plano, o que deve levar à continuidade da paralisação pelos próximos dias(mais informações nesta página).

"Estamos muito insatisfeitos e vamos para as bases com essa proposta", disse o coordenador geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), David Lobão.

Iniciadaem16demaio, a paralisação já contou com a adesão de 57 das 59 universidades federais, alémde36institutosdeeducação básica, profissional e tecnológica.

Servidores técnico-administrativos e estudantes também estão em greve.

De acordo com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, o reajuste aos docentes será concedido em parcelas - 40% em 2013, 30% em 2014 e 30% em 2015, totalizando R$ 3,9 bilhões no período.A medida deve beneficiar 143 mil professores - 105 mil das universidades e 38 mil dos institutos federais.

"Não estão claros quais são os valores pra 2013 e 2014, é uma promessa de escalonamento.

São valores bem inferiores aos que colocamos",criticou o presidente da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior(Proifes-Federação),Eduardo Rolim de Oliveira.

Segundo o governo, o reajuste deverá ficar entre 16% e 45%, dependendo do nível dos professores - os maiores aumentos ficarão para doutores nas universidades que trabalhem em regime de dedicação exclusiva. Os que são de classe titular terão o salário aumentado de R$ 11,8 mil para R$ 17 mil, por exemplo (aumento de 45,1%). Para um professor com mestrado que também atue em dedicação exclusiva e seja classificado como adjunto nível 4, o valor passará de R$ 5,8 mil para R$ 7,2 mil (24,7%).

"Precipitação." "Houve precipitação das universidades e escolas técnicas de deflagrar a greve em maio. O momento de negociação é exatamente este, de julho para agosto, em que é possível o governo fazer todas as suas contas e, de maneira responsável, estabelecer o que é possível", disse Miriam. "O governo está levando em conta a situação internacional para fazer propostas sustentáveis para as finanças da União e para os servidores", continuou.

Para o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, o cenário de incertezas na economia exigiu do Executivo mais tempo para avaliar as reivindicações. "Para que começar uma greve em maio se precisamos de tempo para saber o que está acontecendo na economia mundial?",questionou.

O ministro defendeu a priorização da titulação e da dedicação exclusiva na concessão dos reajustes, "porque queremos que o corpo docente continue pesquisando e se formando". "Onde não há pesquisa, não há avanço na docência", afirmou.

Mercadante admitiu que houve "atraso"na discussão da reestruturação das carreiras, mas defendeu a proposta, considera por ele "um avanço grande." Para o secretário de ensino superior do MEC, Amar o Lins,a comunidade universitária deverá receber de"bom grado a proposta" quando tiver acesso às tabelas com as propostas de reajuste.

PNE. Indagado sobre a controversa meta do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabeleceu que o investimento em educação pública deverá aumentar dos atuais 5% para 10% do PIB ao longo dos próximos dez anos, Mercadante questionou a fonte de recursos para bancar a conta.

"Significaria passarmos de um orçamento de R$ 212 bilhões para R$ 425 bilhões no prazo de 10 anos. Precisaríamos colocar R$ 212 bilhões a mais, isso para municípios, Estados e União. São mais ou menos cinco CPMFs, mais do que simplesmente a meta. "Digam-me qual é a fonte, se não dá pra aumentar impostos?", reclamou.

DAVID LOBÃO SINDICALISTA

"Estamos muito insatisfeitos (com a proposta feita pelo governo)."

MIRIAM BELCHIOR

MINISTRA DO PLANEJAMENTO

"O governo está levando em conta a situação internacional para fazer propostas sustentáveis (de reajustes)."

Pontos - Chave

Início

A greve começa em 16/5, com a adesão de 33 das 59 universidades. Docentes pedem reestruturação do plano de carreira e melhores condições de trabalho.

Negociação

Em 12 de junho, o Ministério do Planejamento pede trégua de 20 dias para apresentar nova proposta, mas a greve, agora em 53 instituições, continua.

Sisu prejudicado

Sem acordo, 30 mil funcionários dos institutos federais também cruzam os braços; paralisação dos servidores técnicos impede matrículas no Sisu.

Reajuste e níveis

O governo anuncia um novo plano de carreira para os docentes, com reajustes que vão de 16% a 45% e redução dos níveis de carreira.